

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa

The Perfect Prince: the figure of King John II of Portugal in the light of Portuguese liberal historiography

Le Prince Parfait : la figure de Roi Jean II de Portugal à la lumière de l'historiographie libérale portugaise

El Príncipe Perfecto: la figura de D. Juan II de Portugal a la luz de la historiografía liberal portuguesa

Marco Alexandre Ribeiro
Universidade do Porto-FLUP
marcoribeiro107@gmail.com

Resumo: No presente estudo procuramos compreender de que forma e por que razão é exaltada a figura de D. João II (1455-1495) na historiografia portuguesa pós-revolução liberal. Nesse sentido, consideramos o contexto político, social e cultural do Reino de Portugal ao longo do século XIX, sobretudo após a queda da monarquia absoluta, e o estabelecimento de uma monarquia constitucional, no sentido de nos aproximarmos do pensamento ético-político português deste século.

Palavras-chave: D. João II; historiografia; Liberalismo político; pensamento ético-político.

Abstract: In this study we seek to understand how and why the figure of D. João II (1455-1495) is exalted by the Portuguese historiography after the liberal revolution. In this sense, we consider the political, social and cultural context of Portugal kingdom throughout the 19th century, especially after the fall of the absolute monarchy and the establishment of a constitutional monarchy in the sense of an approach to the Portuguese ethical-political thought of this century.

Keywords: King John II; historiography; Political Liberalism; ethical-political thinking.

Résumé: Dans cette étude, nous cherchons à comprendre comment et pourquoi la figure de D. João II (1455-1495) est exaltée dans l'historiographie portugaise après la révolution libérale. En ce sens, nous considérons le contexte politique, social et culturel du Royaume du Portugal tout au long du XIXe siècle, en particulier après la chute de la monarchie absolue et la mise en place d'une monarchie constitutionnelle, vers une approche de la pensée éthique et politique portugaise de ce siècle.

Mots-clés: Roi Jean II; Historiographie; Le libéralisme politique; pensée éthique et politique.

Resumen: En el presente estudio tratamos de entender cómo y por qué la figura de D. João II (1455-1495) es exaltada en la historiografía portuguesa después de la revolución liberal. En este sentido, consideramos el contexto político, social y cultural del Reino de Portugal a lo largo del siglo XIX, especialmente después de la caída de la monarquía absoluta, y el establecimiento de una monarquía constitucional, en el sentido de acercarse al pensamiento ético-político portugués de este siglo.

Palabras clave: D. Juan II; Historiografía; Liberalismo político; pensamiento ético-político.

Introdução

A imagem de D. João II foi, desde a sua morte, usada abundantemente de forma a transmitir o reflexo de um governante capaz e virtuoso. Começando desde logo pelas

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

crônicas suas contemporâneas, mas também posteriores, este rei surge, desde cedo, enquanto uma figura virtuosa, “santa”, fiel e justa, um verdadeiro modelo de *Príncipe*, evocado nas várias crônicas ou biografias deste monarca, de Rui de Pina (1440-1552), Garcia de Resende (1470-1536) e Damião Góis (1502-1574), na obra de Diogo Brandão (1475-1530) e de Gil Vicente (c. 1465-c. 1536). Herdeira desta forma de representação do monarca, a historiografia do século XIX parece perpetuar, ou ser responsável, por uma espécie de culto a esta figura. Neste estudo pretende-se entender a forma como os historiadores deste século olharam o desenvolvimento da história portuguesa, por que razão era exaltada a figura de D. João II, como interpretavam a atuação daquele monarca do final do período medieval português. A partir deste estudo de caso, perspetivar-se-á as reminiscências da imagem do *Príncipe* herdadas, mas também, e, principalmente, como a escrita da História se teceu nesta conturbada época.

Mostra-se indispensável uma compreensão daquele que foi o contexto político e cultural do século XIX, desde logo procurando responder à pergunta: de que forma as correntes do pensamento influenciavam as mentalidades dos intelectuais da época e a forma de perspetivar e escrever a história e quais os valores que mais alto se levantavam neste exercício? Paralelamente, parece também fundamental entender aquela que foi a atuação do monarca para procurar compreender o porquê da exaltação e a utilização da figura de D. João II no contexto do pensamento ético-político português do século XIX, que fornecem o molde para os estudos históricos no caso particular de que aqui nos ocupamos.

O Século XIX Português e o estudo da História

O final do século XVIII e todo o século XIX foram marcados pela afirmação das correntes liberais no continente europeu. Estas propunham uma série de novos princípios que rompiam com aquela que era a prática política e social até ao século XVIII (Girvetz *et al.*, 2019). Conhecendo o período auge no século seguinte, é com o advento e propagação do iluminismo nas sociedades ocidentais, que se assiste à reestruturação dos poderes em alguns países, culminando com episódios como a declaração de independência dos Estados Unidos da América em 1776 ou a Revolução Francesa de 1789, sob o mote *Liberté, Égalité et Fraternité*, responsável pela queda no centro da Europa de um regime monárquico. De destacar ainda as guerras de independência na

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

América Espanhola, entre 1808 e 1833, que terão nestes novos ideais o seu epicentro teórico e que irão marcar a época em questão.

Na entrada para a centúria de 1800, Portugal vivia sob um regime monárquico absoluto, no qual o Rei concentrava em si todos os poderes do Estado. Com o início das invasões napoleónicas e a conseqüente fuga da corte para o Brasil, o governo do país passou para o controlo de generais britânicos que trouxeram novas formas de pensar para a sociedade portuguesa. Estes, se, por um lado, introduziram em Portugal uma espécie de “nacionalismo” em oposição às forças que se impunham sobre o país, por outro vão apresentar os ideais que pela Europa já circulavam desde o século anterior, aprofundando o sentimento de crise que o regime absolutista começava a sentir (Mesquita, 2006; Natário, 2007).

Estes ideais trouxeram ao país novas perspectivas políticas e sociais que culminarão na Revolução Liberal de 1820, que terá as suas vicissitudes e conhecerá os seus avanços e recuos ao longo da primeira metade do século (Torgal *et al.*, 1997). Esta Revolução não significou um período de paz e prosperidade em todos os sentidos para o Reino. Ainda que em termos políticos se registassem avanços, os tempos que se seguiram à Revolução provaram-se difíceis nos mais variados âmbitos da vida portuguesa, dividindo completamente a sociedade e levando ao deflagrar da Guerra Civil Portuguesa (1828–1834), que opunha os defensores de correntes liberais e os defensores do poder absoluto do monarca. Resolvida a guerra, não se resolveram todos os problemas do país: as divisões continuavam, agora mesmo entre os defensores de um projeto liberal para o país, situando-se em fações mais ou menos radicais dentro deste projeto, ao que se juntam problemas de ordem económica e financeira, impedimento de avanços significativos no país, eternamente refém do seu complexo de inferioridade.

Todas estas revoluções intelectuais dos séculos XVIII e XIX afetaram as mais variadas áreas do saber, influenciando também a escrita da História. Nesta disciplina começou a notar-se a construção de um maior espírito crítico e a defesa do método analítico que se tinha vindo a construir além-fronteiras, em grande medida personificado pelos historiadores franceses Augustin Thierry (1795–1856) e François Guizot (1787–1874)¹, mas também pelos alemães Johann Gottfried von Herder (1744–1803) e Leopold

¹ Sobre a influência do pensamento francês e inglês no liberalismo português veja-se Moreira, 2008.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

von Ranke (1795–1886)². Esta nova forma de fazer a história reconstrói a historiografia nacional, em reforma desde o século XVIII, aquando da criação da Academia Real de História Portuguesa, para a qual vão contribuir uma série de notáveis historiadores, de entre os quais se destaca Alexandre Herculano (1810–1877), para além de outros nomes alguns seus contemporâneos, outros posteriores, como Rebello da Silva (1822–1871), Oliveira Martins (1845–1894), Jaime Cortesão (1884–1960) ou Joel Serrão (1919–2008).

O desenvolvimento de teorias que se iam construindo e pondo em prática um pouco por toda a Europa também marcaram o pensamento português da época, ou pelo menos da elite cultural, à qual estes historiadores pertenciam. A evolução da teoria positivista de Comte ou as notícias da materialização de projetos revolucionários em Espanha ou na França, bem como a notícia dos seus insucessos não tardaram em chegar e são fundamentais para a compreensão do pensamento ético-político português da época.

Neste contexto, insere-se a *Geração de 70*, onde se notabilizaram autores como Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queiroz (1845-1900) ou Oliveira Martins, já referido. Um grupo de intelectuais que ousaram propor alternativas políticas para o país. Este movimento académico trouxe à intelectualidade portuguesa uma mudança paradigmática, que se pretendia verificável em todos os campos e atingiu o seu auge nas *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*. Aqui, foram apresentados vários textos disruptivos com a realidade da altura, mas as *Conferências* acabaram por ser interrompidas pelo governo. Mergulhado o país em profundas crises económicas e financeiras, o projeto cultural português era também limitado, por interesses ou incapacidades, lutando alguns pela manutenção de um regime que falhava em responder às necessidades do povo português.

As correntes socialistas europeias, que marcam profundamente esta *Geração*, ganhavam em Portugal alguns adeptos, ainda que esta realidade apenas se pudesse verificar numa minoria social, privilegiada e educada. A larga maioria do povo português era analfabeta, e, portanto, estas (ou quaisquer outras) eram alternativas que não poderiam colher um grande apoio popular em Portugal. O socialismo entra no país em meados do

² Com efeito, é visível (na obra de Alexandre Herculano) a leitura da historiografia alemã de Herder a Ranke, que procura captar a idiosincrasia nacional resultante da forma particular como cada povo articulava as diversas manifestações humanas, nas quais se objectivava a índole desse mesmo povo (Pires, 1997: 148).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

século XIX, após a fundação da *I Internacional* (1864), alicerçado na obra política de Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865), tendo enquanto o maior nome o de Antero de Quental e contando com uma enorme influência do pensamento espanhol. Para o seu florescimento, muito contribuiu a obra de Oliveira Martins, outro proeminente teórico do socialismo (Martins, 1990).

Na historiografia portuguesa são lançados novos temas, em linha com as correntes intelectuais que atravessavam o país, desconstruindo-se antigos mitos da história nacional, muitos deles com forte fundamentação religiosa e exaltando-se novos temas, mais “adequados” à forma de pensar liberal e também às novas instituições de poder recentemente criadas. Neste sentido, o poder municipal³, que o absolutismo régio procurou sufocar, surge enquanto um quase contrapoder no seio da política portuguesa ao longo de toda a sua história, importando novamente para estes autores, na medida das suas propostas para um novo municipalismo no Portugal do século XIX (Branco, 2007). Para além disto, notou-se ainda a “adoração” de algumas figuras históricas nacionais, como é o caso de D. João II, que mais adiante analisaremos, ou do reinado de D. José (com destaque para a figura do Marquês de Pombal), pelas suas políticas “antiaristocráticas”, onde se notaria um “progresso civilizacional” da sociedade e política portuguesas. A História passará a servir “para a formação do cidadão liberal” (Catroga *et al.*, 1996: 40).

A “historiografia liberal portuguesa” que apontamos no título do nosso estudo não pressupõe, contudo, a existência de uma historiografia rigorosamente orientada num determinado sentido ideológico, que, aliás, nem seria possível por o próprio liberalismo português ter conhecido tantas e diferentes facetas ao longo do século XIX. Pretende-se com esta terminologia simplificar a linguagem, agrupando todos os estudiosos que se dedicaram ao estudo da história após a Revolução Liberal de 1820 até ao final do século, independentemente da sua “barricada” política.

O sentimento de decadência do país e seu povo e a ainda fresca memória de tempos de domínio castelhano e, mais tarde, inglês sobre os territórios portugueses (embora tenham sido domínios completamente diferentes), aos quais se tenta colar uma imagem de ilegitimidade e desvio das leis nacionais, levaram também a um

³ Esta temática surge, em grande medida, na *História de Portugal* de Alexandre Herculano, que dedica a ela todo o seu Livro VIII (Herculano, 1980).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

desenvolvimento de um nacionalismo bastante específico e característico da época, como atrás se refere, construindo-se uma nova imagem nacional, exaltando o nacionalismo “lusitano” e atribuindo grande destaque aos feitos portugueses principalmente na época da fundação do reino⁴.

O Iberismo foi também uma corrente marcante neste século, promovida pelos ideais socialistas, deixando ainda as suas reminiscências até aos dias atuais. Para a sua afirmação no contexto português muito contribuíram as obras do já referido Antero de Quental, mas também de Oliveira Martins, defendendo alguns uma união política entre os povos ibéricos, já que a união cultural (dimensão que outros defendiam enquanto exclusiva do iberismo) já se encontraria materializada. Esta é uma corrente ideológica que encontraremos, aliás, nas obras que adiante analisaremos.

Rejeitando a teoria positivista na escrita da história e as suas construções ráticas, uma vez que em Portugal tal não se poderia aplicar, em virtude da enorme miscigenação da qual nasce o país, Oliveira Martins vai entender a finalidade da História enquanto uma “manifestação do Espírito consciente, na sua plenitude” (Martins, 1928).

O reinado de D. João II e a imagem do *Príncipe*

Antes de se entender as posições tomadas pela historiografia portuguesa do século XIX importa perceber aquilo que foi o reinado de D. João II, entre os anos de 1481 e 1495, e os antecedentes de todo o seu reinado (Fonseca, 2005). Sobre este reinado encontramos uma enorme variedade de obras, normalmente bastante favoráveis a este monarca e à sua figura, importando aqui um entendimento do porquê deste favorecimento, especificamente na época em que o estudo da história estaria a caminhar para um rigor científico.

D. João II destaca-se na vida política portuguesa logo após a derrota na batalha de Toro em 1476, que opôs as forças portuguesas e os castelhanos apoiantes de Joana de Trastâmara às forças castelhanas defensoras de Isabel, apoiadas pelo monarca aragonês Fernando II. As intenções do pai de D. João II, o rei D. Afonso V, ao trono vizinho saíram

⁴ A importância conferida pelo autor (A. Herculano) à questão das origens, valorizando a Idade Média como época de formação das nações modernas, após a fragmentação política do Império Romano, está, pois, justificada por um raciocínio análogo ao que preside à teoria da reminiscência platónica. A alma poderá recordar-se mais nitidamente da essência quanto mais perto, no tempo estiver do momento em que a contemplou (Pires, 2007: 151).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

deste conflito completamente frustradas, tal como saiu o próprio governante, principalmente após a procura de apoio francês, que se revelou infrutífera⁵. Assim, em 1477 D. Afonso V cede o governo português ao seu filho e herdeiro o príncipe João, para se dedicar a uma viagem espiritual a caminho da Terra Santa. Esta foi uma viagem de curta duração e, apenas 4 dias depois da cedência do governo, o rei está de volta. É por demais evidente, no entanto, que D. João II tinha já uma influência política inegável sobre o reino.

Relativamente curto, o reinado de D. João II não foi, em termos de significado político, económico e social equiparado à sua duração e foi possível assistir a mutações nas mais variadas áreas da vida do reino. Este monarca herda de seu pai uma Coroa empobrecida e de alguma forma humilhada pelas intenções que anteriormente vimos. Nesse sentido, D. João II desde cedo se vai esforçar por se afirmar no panorama político e social português, tentando envolver a “sua” Coroa e a sua figura régia de uma imagem de Senhor dos Senhores portugueses.

Os primeiros anos de governo de D. João II serão profundamente marcantes, anunciando já algumas diretrizes daquilo que viria a significar politicamente este reinado (Mendonça, 1991). Este processo passava, numa primeira fase, pelo estabelecimento da paz com o reino vizinho, com quem se firmou o Tratado de Alcáçovas-Toledo em 1480. Nestas negociações, o príncipe vai-se evidenciar como um capaz diplomata, ocupando uma posição central no seu sucesso.

Alcançada esta paz, o então já rei D. João II pôde concentrar-se em diferentes problemas que afetavam o reino e, em especial, o rei. Por um lado, a política externa seguida pelo seu pai havia deixado as finanças do reino num estado crítico e, por outro, o processo de expansão d’o *Africano*, auxiliado pela aristocracia portuguesa, levou a uma concessão intensiva de títulos⁶, levando a que o novo rei se entendesse enquanto “rei das estradas e dos caminhos de Portugal”. Para colmatar estas situações, D. João II vai

⁵ Este assunto teve, naturalmente, contornos bem mais específicos e profundos que aqui não se analisarão, mas que se encontram estudados em (Gomes, 2006).

⁶ *Quando D. Afonso V morreu, deixou a seu filho D. João II (...) uma pesada herança. Tanto nas campanhas africanas como nas de Castela, viu-se obrigado a multiplicar as dádivas aos nobres para os recompensar ou atrair. E daí o empobrecimento do erário público, por um lado, e a excessiva opulência e excessiva arrogância dos nobres privilegiados, por outro. O estado das finanças era caótico, desastroso* (Azevedo, 1993: 36).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

concentrar as suas forças num maior controlo sobre a aristocracia portuguesa, seguindo a linha de centralização do poder na figura régia que se vinha a registar já desde os inícios da primeira dinastia portuguesa, estabelecendo com a alta aristocracia duros confrontos e medições de forças.

O jovem monarca deixou bem clara a sua posição enquanto governante logo nas Cortes que convocou para a cidade de Évora em 1481-82. D. João II não será uma figura propriamente querida entre as mais altas patentes da sociedade portuguesa da altura, que viam neste monarca um atentado à expansão dos seus poderes, receio que D. João II desde cedo mostrou ser justificado. As conspirações contra o rei foram-se criando, em muito auxiliadas pelos *Reis Católicos* do reino vizinho, destacando-se as figuras do Duque de Bragança, D. Fernando II, e ainda a família Meneses que, aliás, se encontrava intimamente ligada com o Duque⁷.

Em resposta a estas conspirações e pedidos de intervenção aos monarcas castelhanos-aragoneses D. João II manda prender o Duque de Bragança e, após um julgamento sumário, condena-o à morte em praça pública na cidade de Évora em 1483. Esta demonstração de poder não parece ter sido suficiente e, no ano seguinte, uma nova conspiração se levanta contra o rei, desta vez de forma a tirar-lhe a vida. Numa trama encabeçada pelo seu primo e cunhado, o Duque de Viseu D. Diogo, mas que envolvia muitos mais elementos da alta nobreza portuguesa, um dos episódios mais marcantes do governo de D. João II, ele assassinou os seus pretensos assassinos pessoalmente e mandou perseguir e assassinar todos os intervenientes. Como compensação ao irmão de D. Diogo, D. Manuel, o rei confirma-lhe o Ducado de Viseu, reconhecendo-o, à morte do seu sucessor o príncipe Afonso, o direito de herdar a Coroa portuguesa.

Esta situação vai levar a uma certa acalmia no seio da aristocracia portuguesa e nas suas intenções, permitindo ao monarca uma maior concentração em projetos distintos, como a continuação da expansão ultramarina, da qual D. João II foi um dos maiores arquitetos, deixando ao seu sucessor a construção de um confortável caminho que este poderia então percorrer.

O seu reinado, profundamente marcante no período de transição entre o medieval e o moderno, representou um vasto leque de sentimentos, por vezes antagónicos, em quem

⁷ D. Fernando II era casado com D. Leonor de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, Conde de Vila Real.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

se debruçou sobre ele. Se, por um lado, como vimos, o Rei era visto enquanto um *Príncipe Perfeito* desde muito cedo, também não faltou quem interpretasse o reinado de D. João II um exemplo primitivo de um rei absoluto, tirano e cruel. As duas primeiras imagens do monarca são precisamente da autoria de Rui de Pina (*Crónica DelRey Dom Joham*) e Garcia de Resende (*Chronica dos Valerosos, e Insignes Feitos de Rey D. Ioam II*), autores de crónicas do rei. Estes autores, contemporâneos de D. João II, viveram proximamente do rei, assistindo a alguns dos momentos mais marcantes do seu reinado, exprimindo posteriormente a imagem que moldou a consciência dominante sobre a figura deste monarca.

Nos textos de ambos os autores, D. João II é retratado enquanto monarca exemplar, justo, rigoroso, piedoso e uma figura extremamente liberal, que não olhava até às classes na hora de aplicar a sua justiça. Na obra de Garcia de Resende, particularmente, o autor oferece ao monarca uma figura mais cortesã, exaltando aspetos do quotidiano, elevando bem alto a figura de D. João II. Entre os dois textos, existem, contudo, alguns aspetos que as podem afastar. Apesar de ambos exaltarem a figura régia, é necessário considerar, primeiro, que são encomendas do poder real, alinhando com a lógica de exaltação deste mesmo poder que vigorava à altura. Para além disto, lembremos ainda que “Rui de Pina escrevia nos primeiros anos do governo de D. Manuel quando os filhos dos perseguidos por D. João II recuperavam boa parte do poder. Garcia de Resende está a redigir no tempo de D. João III quando o mito crescia e se desenvolvia” (Coelho, 1996: 25). É, porém, evidente a aura com que a imagem deste monarca foi envolvida desde muito cedo, permitindo que a imagem do *Príncipe Perfeito* marcasse por gerações a forma de análise sobre o seu reinado.

Destas crónicas beberá a historiografia que se segue, desde Damião de Góis (1502-1574) (*Crónica do Príncipe D. João*) até à historiografia do século XIX, mesmo apesar das vozes desconcordantes sobre esta figura régia (por exemplo, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos (1581-1641) – *Vida e acções de el-rei D. João II, decimo terceiro rei de Portugal* – ou D. Francisco Manuel de Melo (1608-1668) – *D. Teodósio II*). A imagem de perfeição de D. João II, cultivada desde muito cedo pelas diferentes formas de historiografia deixaram uma profunda marca na forma de análise deste reinado (Cunha, 1988), deturpando uma análise mais rigorosa e isenta sobre este período histórico, como veremos.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O Príncipe na historiografia do século XIX

Esta abordagem ao reinado de D. João II permite-nos enquadrar a figura deste monarca com os ideais liberais impressos na escrita da história do século XIX. Para o estudo, cingimo-nos a, apenas, dois historiadores, um exercício que poderá vir a ser realizado com outros atrás indicados Rebello da Silva e Oliveira Martins, clarificando, a razão pela qual a monarquia de pendor absoluto de D. João II se enquadra nos ideais liberais.

De entre as obras do primeiro autor poderá ser destacado o volume intitulado “D. João II e a Nobreza (1483-1484)” (Silva, 1910). Neste, Rebello da Silva pretende analisar aquela que foi a relação do filho de D. Afonso V com o mais alto grupo social português da época, a nobreza, durante os anos de 1483 e 1484.

Ao longo desta obra é possível encontrar os referidos ideais liberais (governo limitado, municipalismo e descentralização, reformas administrativas do poder local, direitos individuais, mormente cívicos, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, etc.) predominantes nas correntes intelectuais oitocentistas em diversos momentos, não se podendo considerar, no entanto, a invalidade do estudo, que se baseia em documentação diversa e uma análise das fontes e também de outros estudos anteriores ao seu, portugueses e também estrangeiros. Contudo, é completamente inegável a clara tendência do autor em vários momentos da obra, suavizando a imagem de certas figuras em detrimento de outras, sobre as quais chega a construir uma certa diabolização.

Esta obra tem um pendor bastante favorável para a imagem do poder local, os concelhos, que são referidos inúmeras vezes ao longo de todo o estudo enquanto povo oprimido, obrigado a trabalhar, a pagar impostos e a lutar pelo Reino para satisfazer as necessidades (ou caprichos) dos privilegiados. Esta imagem sobrepõe-se até, ainda que de forma subentendida, à figura do monarca. É nos concelhos que, para o autor, residem as “classes médias”, o grande suporte do monarca no seu projeto de afirmação senhorial e, em última análise, o fator decisivo para o sucesso do projeto de D. João II.

Em contraste com esta “classe” surgem os privilegiados, onde Rebello da Silva inclui a aristocracia e o clero, seres oportunistas, cuja contribuição para a vida económico-financeira do país era nula e que apenas auxiliavam os seus monarcas em troca e sob a promessa de recompensas, que levavam à “depenação” do erário régio e lhes permitia oprimir as “classes” mais baixas da sociedade naquilo que são considerados autênticos

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

abusos de poder. A estes “abutres” e “terror das localidades” (Silva, 1910: 123) era também possível o contorno das próprias leis do reino, apoderando-se de cargos que não lhes cabiam, retirando daí elementos dos referidos oprimidos, levando o reino a um estado de “anarquia geral” no final do reinado de D. Afonso V.

À cabeça destes privilegiados encontra-se a casa de Bragança, “fundada pelo altivo bastardo do mestre de Aviz” (Silva, 1910: 27), condição hereditária que o autor faz questão de frisar. É sobre o duque D. Fernando II que o autor se debruça mais atentamente; é com este que D. João II terá uma relação mais acesa e, por isso, será a sua a primeira cabeça decepada. Este é, nesta obra, o representante máximo da arrogância em que se achavam os privilegiados do tempo de D. Afonso V, com quem D. João II terá que lidar; um indivíduo de uma soberba desmedida, pretendeu, segundo o autor, equiparar-se por diversas vezes aos monarcas que deveria servir, muito pela generosidade da mão d’*O Africano*, que lhe ofereceu vastos domínios senhoriais que fizeram dele o primeiro fidalgo do reino. Para além disto, esta soberba notava-se também pela proximidade do nobre à própria família real; D. Fernando II era descendente de D. João I e une-se também à casa real pelas políticas matrimoniais seguidas, tendo-se casado com D. Isabel de Viseu, irmã da Rainha D. Leonor, primas direitas (e a última também esposa) de D. João II.

Os privilegiados são, então, retratados enquanto “classes” opressoras, profundamente oportunistas e que existiam apenas “para receber e desfructar, e as classes médias para trabalharem, e sustentarem o luxo e as pompas dos orgulhosos senhores, por amor dos quaes o povo e o rei se arruinavam, enriquecendo sem medida os seus inimigos naturaes, ou os seus émulos irreconciliáveis” (Silva, 1910: 138). Dentro destes grupos sociais, as próprias crianças, “cujo único merecimento se reduzia a procederem do sangue illustre de um opulento donatário ou as mulheres e filhas dos grandes, só porque mais próximos do ouvido do soberano, possuíam o segredo de lhe extorquirem mercês injustas” (Silva, 1910: 147). É clara a posição do autor sobre a aristocracia.

Face a todos os abusos perpetrados por estes, que conduziam à decadência do reino, só a “mão liberal” (Silva, 1910: 167) de D. João II poderia trazer a necessária “revolução”. Este monarca surge como um perfeito príncipe e governante no sentido em que foi, para o autor, o que o reino verdadeiramente precisava à época. Após um reinado devastador para as contas e domínio públicos, que o autor vai suavizando, sendo clara a tentativa de enaltecimento da figura de D. Afonso V, rei humilde e generoso, que deveria

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

ter-se retirado logo após a derrota na batalha de Toro para “não assistir com a corôa na cabeça aos funeraes da sua glória” (Silva, 1910: 63), de quem a nobreza se teria aproveitado, D. João II, uma “alma fria e despiedosa”, o “rei político”, vai necessitar de dar uma nova arrumação à distribuição dos poderes portugueses.

Esta nova distribuição passará pelo retirar de poder à aristocracia, indevidamente engrandecida no reinado anterior, numa luta encabeçada por um génio político como só D. João II e, mais tarde, o Marquês de Pombal (associação feita por Rebello da Silva), poderia fazer.

O autor enaltece a figura do monarca, cuja ascendência vai recordando ao longo de toda a obra; é clara a adoração pela Geração de Avis. A imagem de “libertador” de D. João I é hereditária, chegando também a D. João II, o último representante da linhagem primogénita da “gloriosa dinastia de Avis”. Este monarca, justo, correto e um exímio cumpridor das leis do reino, será o libertador do “povo oprimido”, um “defensor natural dos oprimidos” (Silva, 1910: 112), que sofriam às mãos da tirania da aristocracia portuguesa “mal habituada dos tempos de Afonso V”, imitando aquela que foi (ou tentou ser) a atuação política de Luís XI de França.

Alicerçado nos concelhos, D. João II vai promover a tão necessária “revolução” social, permitindo a libertação e ascensão dos povos oprimidos, através, por um lado, do suporte nestas “classes” e, por outro, do ataque aos privilegiados, contra quem guardaria um certo rancor pela morte do regente D. Pedro seu tio, anos antes na batalha de Alfarrobeira, às mãos dos partidários de D. Afonso V, onde se contava o duque de Bragança.

Rebello da Silva vai indicar o reinado de D. João II como o reverter da decadência crescente em que o reino se encontrava, possibilitando que os reinados seguintes se traduzissem em períodos de certa “glória” para o povo português, devido ao projeto de expansão ultramarina, do qual não se poderá dissociar a figura deste rei. Para o autor, os feitos alcançados por D. Manuel I ou por D. João III talvez não tivessem sido possíveis sem esta ação do *Príncipe Perfeito*.

Paralelamente, não deixa de apontar a D. Manuel I uma certa responsabilidade no período de usurpação do poder municipal, balizando aqui um início de decadência do reino, que culminará com o domínio castelhano sobre o estado português. São, portanto, vários os temas que se vão relacionando com as linhas ideológicas que atrás se referiram.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Na obra de Oliveira Martins, poderão ser destacados dois textos, a sua célebre *História de Portugal*, de forma mais específica o capítulo intitulado “O Príncipe Perfeito”, não deixando, porém, de se aproveitar o que antes ou depois deste capítulo puder auxiliar o presente estudo, e *O Príncipe Perfeito*, obra que o autor começou mas as vicissitudes do tempo não lhe permitiram terminar.

Este autor, tem uma escrita distinta do anterior, não se inibindo de criticar ou valorizar quando entende devido, existindo, no entanto, um claro favorecimento da figura e época de D. João II em detrimento de outras.

A cortesia com que Rebello da Silva aborda o reinado que considera desastroso para o reino não se verifica na obra de Oliveira Martins, que se posiciona como um crítico bastante claro a D. Afonso V, classificando-o de exemplo mesquinho, fraco e permissor da desordem em que o reino se encontrava, por se deixar lisonjear; o rei, como os fidalgos que o rodeavam, era “simples e estouvado”, “tão comum no aspeto como no espírito” (Martins, 1991: 143), era, segundo o autor, praticamente inútil, “um aborto, ou um anacronismo medieval” (Martins, 1991: 145), levando o reino num caminho decadente com os seus devaneios tanto na conquista de praças africanas, quanto nas guerras com Castela.

D. João II surge enquanto “um exemplar *perfeito* do género dos príncipes da Renascença, para quem Maquiavel escreveu (um pouco depois) o catecismo: é um mestre na moderna arte de reinar” (Martins, 1991: 142). O arquétipo maquiavélico de príncipe será, aliás, recordado por diversas vezes pelo autor ao longo do texto, estando bem patente uma tentativa de imprimir a D. João II esta imagem.

O sobrinho do regente D. Pedro, que o autor lembra também, havia-se já distinguido ainda durante o reinado do seu pai nomeadamente durante a batalha de Toro; esta “não foi propriamente uma derrota militar, mas foi uma derrota para o rei e para as suas ambições. O pobre velho, gordo, estafado, sem poder consigo, foi correndo abrigar-se em Castro-Nuno, e deitou-se logo a dormir. Avendano, o fidalgo do lugar, declarara-se por ele; mas a mulher castelhana, esperta, apontava-lhe o volume de carnes, para ali deitado a rressonar ruidosamente, como os gordos, e dizia ao marido: «Olha lá por quem te perdeste!» Efetivamente o rei não valia para coisa alguma” (Martins, 1991: 144).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O papel de D. João II nos acordos de paz com Castela é também lembrado por Oliveira Martins, bem como a sua descendência da Geração de Avis, da qual se desviava D. Afonso V.

A relação do rei com a nobreza não é um assunto extensamente desenvolvido pelo autor, persistindo a imagem negativa da cabeça de família da casa de Bragança, que considerava o rei como um igual; o julgamento e morte deste nobre teriam provocado um desejo de vingança por parte do resto da nobreza portuguesa que, sob a égide do duque de Viseu tentarão assassinar o rei, acabando este duque morto pelas mãos do próprio rei, questão que, porém, deixará para sempre no monarca sentidos remorsos, uma tentativa de humanização de D. João II e amenização da situação.

Controlada a nobreza e os seus abusos, o rei poderia então “alargar os seus voos amplos” (Martins, 1991: 149), que seria a expansão ultramarina, promovendo grandes desenvolvimentos tecnológicos para a empresa da mesma.

É ainda referida a política matrimonial seguida por D. João II, que foi uma tentativa de união das coroas ibéricas (e seus impérios) na figura do seu filho, onde se juntariam os estados orientais do Preste-João que este monarca tentou descobrir (por terra e por mar). Porém, a morte precoce do filho de D. João II, fez cair este grande projeto, fazendo-o também “meditar sobre o valor do acaso na história” (Martins, 1991: 152).

Para além do que Oliveira Martins escreve, a própria organização da *História de Portugal* oferece-nos algumas ideias sobre aquela que seria a linha ideológica do autor; o capítulo que mais se relaciona com o *Príncipe Perfeito* faz parte do “livro terceiro” onde é analisada a dinastia de Avis entre 1385 e 1500, seguindo-se uma abordagem à expansão portuguesa (de 1500 a 1640) e depois os capítulos dedicados à «catástrofe» e à «decomposição», que correspondem aos restantes governos da dinastia de Avis (entre 1500 e 1580) e do domínio espanhol e dinastia de Bragança (1580-1777), respetivamente. A obra termina com «A anarquia espontânea», entre 1777 e 1834.

É clara a impressão de uma linha ideológica específica nas obras do autor, também de *Os filhos de D. João I* e outras importantes obras históricas que se poderiam analisar, mas que, a fuga àquele que se pretende que seja o tema central deste estudo, afastaram da observação.

A análise d’*O Príncipe Perfeito* (Martins, 1954) seria também produtiva. Porém, esta é uma obra inacabada de Oliveira Martins, não se podendo estender muito mais a

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

observação do pensamento deste autor, uma vez que o seu estudo não vai além de um início de uma abordagem à batalha de Toro, os seus contextos e consequências.

Tendo isto em consideração, não se poderão deixar de tecer alguns comentários relativos a esta retórica dos dois autores.

Sobre a obra de Rebello da Silva, poderemos afirmar que não serão incorretas algumas das questões que o autor levanta; a situação económico-financeira do país no final do reinado de D. Afonso V era crítica, fruto de vários motivos, de entre os quais se conta uma intensa política de doação de bens da coroa a um grande número de nobres, os abusos por estes perpetrados são verificáveis pelos capítulos das cortes (e estão já estudados), a relação de D. João II com a nobreza não era a mais afável e realmente este monarca centralizou em si os poderes do reino, controlando os grupos sociais privilegiados portugueses e permitindo uma evolução do Estado bastante favorável para o reinado que se lhe seguiu.

Contudo, o recurso a imagens de messias e salvadores é perigoso no estudo da história. A tentativa de colar a D. João II a imagem de D. João I não parece correta, como também não o parece a teoria do desejo de vingança de D. João II pela morte do seu tio na batalha de Alfarrobeira, ou o grande avanço dos governos locais durante o reinado deste monarca. É entendido que este se terá apoiado nestes governos para o sucesso do seu projeto, porém, o cenário de interferência real no poder municipal que o autor aponta a D. Manuel I já se verifica, em grande medida, durante o reinado de D. João II⁸. Paralelamente, a divisão social entre opressores e oprimidos também não se coaduna com a realidade por não ser tão clara assim esta divisão no seu sentido prático. Certamente existiriam elementos em ambos os grupos, porém eles não se dividem tão linearmente como Rebello da Silva o faz.

Do lado dos oprimidos pode encaixar o “povo”, a grande questão que se coloca é a enorme complexidade deste grupo social. Não se poderá ter na mesma conta um lavrador, um ourives ou um mercador que fazia parte de um governo local, por exemplo. É que, mesmo dentro destes tão aclamados faróis da liberdade, a opressão fazia-se sentir; os concelhos eram governados por autênticas oligarquias, onde entrariam elementos que,

⁸ A interferência de D. João II nos assuntos municipais poderá ser vista, por exemplo, nas atas de vereação municipais de várias cidades do país, correspondentes ao período de governação deste monarca. Tenha-se, a título de exemplo, o caso portuense de 1485–1488 (Ribeiro, 2019).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

pelo seu ofício ou mester, haviam enriquecido e ascendido socialmente. Por outro lado, são vários os exemplos que se poderiam dar de opressão destes governos sobre a população urbana e também sobre os termos das cidades⁹.

Por sua vez, no estudo de Oliveira Martins é de salientar a condenação do autor à política portuguesa de expansão seguida por D. Afonso V e contrastante valorização da política de D. João II, tal como a análise da tentativa de união ibérica realizada pelo primeiro e até à desta união sob a égide da dinastia filipina, que o autor enquadra num período de extrema decadência portuguesa, ao mesmo tempo que enaltece grandemente a política do *Príncipe* na mesma matéria.

Para Oliveira Martins, a expansão afonsina que “fatigava o povo com impostos e desbaratava com prodigalidades o património da coroa” merecia uma certa valorização quando exercida por D. João II, provavelmente por esta última não engrandecer tanto os nobres do país, mas que também significaria custos para o povo.

Tratando o reconhecimento da legitimidade de D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela, este tema merece uma certa desvalorização por parte do autor, que compara esta situação com a sucessão dinástica de 1383-85 no reino de Portugal; a legitimidade da filha de D. Fernando de Portugal é posta em causa pelos partidários do *Mestre de Avis*, tal como os partidários de D. Isabel de Castela punham aqui em causa a legitimidade de D. Joana de Trastâmara; os castelhanos reconhecem legitimidade a D. Isabel, tal como os portugueses haviam feito com D. João I.

Por fim, quando a política de união das coroas ibéricas se desenvolve de forma que poderá ser tida como mais diplomática, com o casamento dos herdeiros das coroas, já durante o governo de D. João II, esta parece ser uma boa solução. Contudo, lembrando a forma e os motivos que fizeram D. Filipe II de Castela subir ao trono português¹⁰, parece algo incoerente por parte do autor entender que, sendo sob o domínio de um descendente de D. João II de Portugal seria uma união produtiva, mas, sendo sob o domínio de um monarca espanhol, é evidência da decadência do reino português.

⁹ Nas atas de vereação referidas na nota anterior, por exemplo, são vários os momentos em que moradores dos vários territórios do termo se vêm queixar à vereação de qualquer tipo de constrangimento, ficando esse registo nos vários livros de atas de vereação. Nestes livros, veem-se também várias decisões bastante favoráveis para a cidade, mas nem tanto para o termo.

¹⁰ D. Filipe II era neto de D. Manuel, tendo ainda casado com D. Maria Manuela, filha de D. João III.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Considerando estas observações, podemos afirmar que a forma de escrever a História destes autores satisfaz certos propósitos: a orientação para uma classificação dos estratos sociais privilegiados nos vários âmbitos da administração pública, a condenação do “esvaziamento” de poder dos governos locais e a culpabilização de grupos sociais e até indivíduos em específico pela decadência portuguesa (ou que esta corrente intelectual entendia que o país se achava).

Conclusão

Rebello da Silva como Oliveira Martins foram dois dos exemplos maiores de uma interpretação da História onde a ideia de progresso e de cultura ilumina todo o contexto do século em que viveram e que, pela amplitude de horizontes considerados, nos possibilitaram uma interpretação que nos conduziu e muito contribuiu para a elaboração do nosso estudo.

A exaltação da figura de D. João II, através, também, da glorificação da administração municipal e do “poder do povo”, é um sinal dos tempos que os autores viveram e das posições e rumos que preferiam para o Reino de Portugal, sendo claros defensores da materialização de um regime de cariz “liberal” em Portugal, independentemente das suas vertentes mais ou menos radicais. Por um lado, Rebello da Silva mostra-se claramente favorável a uma descentralização do poder, concretizada na sua distribuição pelos municípios, à imagem do período medieval português. Por sua vez, Oliveira Martins, olhando nos olhos o fracasso do liberalismo português, concretizado nos avanços e recuos dos projetos liberais que se tentaram implementar e com a afirmação de um regime parlamentar de domínio essencialmente burguês, ignorando o mote liberal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a elite intelectual, ou pelo menos parte dela, olha com desconfiança a capacidade da elite governativa sua contemporânea. Perante tal situação, este autor parece, nesta sua fase da vida, mais recetivo à ideia de um Estado mais forte e centralizado, capaz de servir melhor os interesses da nação, à imagem maquiavélica que o autor salienta na figura de D. João II.

Sinal também dos tempos foi igualmente o combate feroz que ambos os autores fizeram à aristocracia portuguesa. Herdeiros de uma época conturbada, tanto Rebello da Silva como Oliveira Martins não se coíbem em criticar, satirizar e até ridicularizar a aristocracia portuguesa, mesmo notando-se diferentes formas de abordagem entre os dois

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

autores. Por outro lado, o debate iberista, profundamente marcante nas épocas dos dois autores, vai também deixar a sua marca nos seus textos, particularmente naqueles que aqui se analisaram, sendo de destacar a posição favorável a esta questão, principalmente na obra de Oliveira Martins. Filhos do seu tempo, estes historiadores vão, sem dúvida, marcar a historiografia portuguesa e também a corrente intelectual da época, ao mesmo tempo que nos permitem entender o pensamento ético-político da elite cultural portuguesa de meados e final do século XIX, bem como uma mundividência social e cultural.

Exemplares quase tão *perfeitos* quanto D. João II na imagem do século XIX, Rebello da Silva e Oliveira Martins são ainda precursores da árdua tarefa que representa o estudo da História, não sendo ainda hoje, e apesar do tempo que os separa da atualidade, possível olvidá-los da historiografia nacional, sendo os seus textos ainda referências incontornáveis em diversas matérias para o estudo da história portuguesa, nas suas diversas vertentes.

Passados quase dois séculos, as suas análises são ainda hoje visitadas e em grande medida seguidas, perdurando ainda, por exemplo, a imagem de perfeição que os autores (à semelhança de outros tantos) imprimiram na figura de D. João II. Tal imagem justifica, em grande medida, a pertinência de um estudo como o que aqui se realizou, procurando analisar a escrita da História destes dois autores por uma nova perspetiva, capaz de avaliar no contexto da sua época.

Não se afastando da imagem oferecida pelos cronistas mais próximos de D. João II, estes historiadores vão elaborar uma análise enviesada deste reinado, marcando toda a historiografia que se lhes seguiu, até aos dias de hoje, moldando, assim, a memória contemporânea portuguesa sobre este período histórico, numa posição claramente favorável ao monarca, que peca pela sua conseqüente falta de capacidade analítica.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Bibliografia:

Fontes:

MARTINS, Oliveira (1928), *O hellenismo e a civilização cristã*, 4ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

MARTINS, Oliveira (1954), *O Príncipe Perfeito*, 5ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª.

MARTINS, Oliveira (1990), *Portugal e o Socialismo. Exame constitucional da sociedade portuguesa e sua reorganização pelo socialismo*, Porto, Guimarães Editores.

MARTINS, Oliveira (1991), *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da (1910), *D. João II e a nobreza: 1483-1484*, Lisboa, Empresa da História de Portugal.

Estudos:

AZEVEDO, José Correia de (1993), *Portugal: História arte e cultura*, Lisboa, Euro-Formação, Vol. 4.

BRANCO, João Pedro (2007), *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834–1859)*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Cultura e Formação Autárquica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRALBA, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

COELHO, António Borges (1996), "D. João II (1455-1495): esboços para um retrato", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Nova Série, vol. 1, pp. 21-45. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39667>>.

CUNHA, Mafalda Soares da (1988), "D. João II e a construção do Estado Moderno. Mitos e perspectivas historiográficas", in *Arqueologia do Estado, Iªs Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. II, Lisboa, História & Crítica, pp. 649-667. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13085/1/MS_C_1988_Arqueologia%20do%20Estado.pdf>.

FONSECA, Luís Adão da (2005), *D. João II*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

GIRVETZ, Harry K.; DAGGER, Richard (2019), "Liberalism" in *Encyclopædia Britannica*, Encyclopædia Britannica, inc., 21 junho 2019 [consulta em 12/11/2019]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/liberalism>>.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

GOMES, Saúl António (2006), *D. Afonso V: o africano*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, tomo IV.

MENDONÇA, Manuela (1991), *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

MESQUITA, António Pedro (2006), *O pensamento político português no século XIX: uma síntese histórico-crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MOREIRA, José Manuel (2008), “Pensamento liberal em Portugal”, *Cultura*, Vol. 25, pp. 177-197.

NATÁRIO, Celeste (2007), *Entre filosofia e cultura: percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Zéfire.

PIRES, Lídia Cardoso (1997), *A construção da memória: sobre a História e as histórias com Oliveira Martins*, Porto, Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18109/2/FLM07301P000079345.pdf>>.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2019), *As atas de vereação do Porto de 1485 a 1488: Leitura paleográfica, publicação e estudo prévio*, Porto, Edição do Autor. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/124556>>.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) (1997), *O Liberalismo*, Vol. V de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.